

Latino-americanos sem solução para a dívida ^{externa}

Caracas — Um novo diálogo de surdos entre os Estados Unidos e a América Latina teve lugar na conferência de Caracas sobre a dívida externa, realizada com o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e que terminou sexta-feira sem acordo.

A conferência foi realizada em Caracas de 5 a 9 de setembro e os Estados Unidos decidiram participar na última hora, após ser contrário à sua realização. O presidente da Venezuela, Luis Herrera Campins, disse - em seu discurso inaugural - que "o Fundo Monetário Internacional (FMI) não pode funcionar como a polícia do sistema bancário internacional. O Fundo precisa de mudanças e de profundas modificações em seus objetivos políticos", enfatizou o presidente.

Em contrapartida, o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Beryl Sprinkel, chefe da delegação política de seu país na conferência disse, 24 horas depois do discurso de Herrera Campins, que "o FMI é a chave da solução para a crise latino-americana. Reconhecemos que ele tem um papel central na solução dos problemas da dívida externa", insistiu Sprinkel.

Herrera Campins disse que os governantes dos países industrializados comportam-se como "sócios e co-proprietários do capital credor. Se o capital não tem pátria, os capitalistas a têm, os seus donos, os proprietários do dinheiro, que não podem ser considerados um poder sem obrigações".

Os delegados latino-americanos pediram aos Estados Unidos uma redução progressiva nas taxas de juros a fim de aliviar o serviço da dívida externa regional. No entanto, Paul McGonagle, chefe da delegação de técnicos norte-

americanos, disse na terça-feira que "o nexo entre a alta inflação mundial e as taxas de juros da dívida externa não devem ser objeto de estudo na atual conferência".

DIVERGÊNCIAS

A conferência sobre a dívida teve duas fases: a primeira de nível técnico (de 5 a 7 de setembro) e a segunda de nível ministerial (7 a 9 de setembro) e não foi possível assinar nenhum documento de acordo, apesar das promessas iniciais neste sentido. A ausência na conferência dos ministros da Fazenda do Brasil, Chile, México e Argentina, principais devedores da região, já dava indícios de que o acordo com os Estados Unidos sobre a dívida externa latino-americana continua distante.

As principais divergências entre os Estados Unidos e a América Latina, manifestadas na conferência de Caracas são: as taxas de juros, o protecionismo do mercado dos Estados Unidos e os ajustes das respectivas economias latino-americanas.

Para os Estados Unidos, a América Latina deve apertar os cintos e enfrentar com realismo os inevitáveis custos sociais de seu reordenamento econômico e só por este caminho conseguirá sair "da pior crise da região desde 1930", segundo o consenso dos delegados. A América Latina aceita o reordenamento econômico mas pede melhores condições de pagamentos para a sua dívida externa.

Sprinkel destacou que "espero que todos os países estejam bem certos de que o investimento direto estrangeiro deve continuar como importante fonte de financiamento". Por sua vez, Maison Ferreira da Nóbrega, alto funcionário do Ministério da Fazenda do Brasil disse, em contrapartida, que "o Brasil e a

América Latina estão conscientes de que nosso futuro desenvolvimento econômico deve depender menos do investimento estrangeiro do que no passado".

Os Estados Unidos afirmam que a América Latina não deve cair na tentação de pensar que o crescimento de suas exportações, sem as imprescindíveis correções internas, solucionará a sua crise atual.

Por sua vez, a América Latina sustenta que a eliminação das barreiras protecionistas do mercado norte-americano permitirá multiplicar as exportações da região e, por este caminho, sanear a sua economia doente. Os Estados Unidos reiteraram aos seus aliados latino-americanos: usem a nossa receita, pois "a futura saúde econômica regional dependerá do uso de um remédio amargo", como disse Sprinkel.

"Os Estados Unidos também sofreram os efeitos da crise, já que suportou a pior taxa de desemprego dos últimos 50 anos", como lembrou McGonagle em seu discurso.

As palavras de encerramento do ministro da Fazenda da Venezuela, o banqueiro Arturo Sosa de que "o consenso de Caracas é o consenso do continente" foram interpretadas como um belo epitáfio para a conferência.

A América Latina reiterou que "é um bom cliente e que cumprirá os seus compromissos", enquanto os Estados Unidos assinaram que "estamos aqui dentro de um espírito de cooperação genuína e manifestamos o nosso desejo em favor do bem-estar social e econômico do povo da região", disse Sprinkel.

A conferência, no entanto, foi uma nova tentativa hemisférica no difícil diálogo Norte-Sul e neste sentido foi classificada de "muito positiva" pelo argentino Alejandro Orfila, secretário-geral da OEA.